



POVOS
INDÍGENAS
INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA

PROJETO DE INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS



**Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins**



Sumário

1. Apresentação.....	2
2. Instituições parceiras do projeto.....	3
3. Curriculum dos representantes dos parceiros que estão atuando no projeto.....	3
4. Objetivos e justificativas do projeto.....	5
5. Encontro para definição ações do projeto.....	6
1. Reunião Preparatória pré-projeto – 24.10.2017.....	6
2. Reunião – 05.02.2018.....	6
3. Visitas às aldeias para convidar os Indígenas – 15.02.2018 a 01.03.2018.....	7
4. Oficinas de trabalho (por temas, participantes e questões discutidas)	8
5. Plenária após as oficinas.....	17
6. Reunião 23.03.2018.....	17
6. Execução das ações planejadas.....	18
1. Ação educação política nas comunidades Indígenas.....	18
2. Ação para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.....	36
3. Ação de para promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE.....	38
4. Ação confeccionar cartilha bilíngue	41
7. Considerações Finais.....	54



1. Apresentação

O projeto visou construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas, amparados pela Constituição Federal de 1988, quando estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, e constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É também objetivo promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, da CF/88). A prática se desenvolve em duas fases: A **primeira fase** visou, por meio de uma oficina, debater sobre os problemas e dificuldades de efetivação dos direitos de cidadania dos povos indígenas.

Nessa fase promoveu-se um evento pelo TRE-TO, cujo objetivo foi ouvir as lideranças e promover a interação entre a Justiça Eleitoral e as comunidades indígenas, compreender o que pode dificultar o exercício pleno da cidadania para que soluções sejam articuladas através do diálogo intercultural. Nessa fase convidou as seguintes instituições: Representantes do Congresso Nacional, do MPU, MPE, DPU, DPE, Exército e Marinha Brasileira, PF, PM e Civil, Secretaria de Segurança Pública e da Educação do Tocantins, FUNAI e UFT.

Na primeira fase as aldeias indígenas, que têm seção eleitoral, indicaram até dois líderes para participarem das oficinas temáticas (diálogo intercultural, segurança e representatividade política) no formato de workshop.

Após as dificuldades listadas pelas comunidades indígenas e dos problemas enfrentados pelos órgãos governamentais, soluções e instrumentos de efetivação da cidadania plena dos povos indígenas foram delineadas:

- Promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE;
- Realizar seminários sobre educação política nas comunidades Indígenas;
- Confeccionar cartilha bilíngue;
- Aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.

A **segunda fase** do projeto foi a execução das propostas e soluções encontradas na primeira fase. A partir das dificuldades delimitadas pelas comunidades indígenas e dos problemas enfrentados pelos órgãos governamentais, soluções e instrumentos de efetivação da cidadania plena dos povos indígenas foram delineados.

Com isso, a Justiça Eleitoral busca promover os direitos de cidadania e inclusão dos povos indígenas do Tocantins.





2. Instituições parceiras do projeto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAAI
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL
POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA CIVIL
EXÉRCITO BRASILEIRO

3. Currículo dos autores e representantes dos parceiros do projeto.

WELLINGTON MAGALHÃES (coautor e coordenador do projeto)

Juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura do Tocantins, Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal (FDUC), coordenador de cursos na formação de magistrados e servidores do poder judiciário, coordenador e palestrante em projetos de inclusão sociopolítico dos povos indígenas.

MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS (coautor)

Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Mestre em Direito Constitucional e doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). É membro da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (AIJDC) e da Academia Tocantinense de Letras. Foi um dos fundadores do curso de Direito da Fundação Universidade do Tocantins, no qual lecionou Introdução ao Estudo do Direito e Direito Constitucional. Presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no biênio 2003-2005. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), biênio 2011-2012, e o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (COPTREL). Exerceu o cargo de vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, biênios 2005-2007; 2013-2014 e Presidiu o Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil. Atualmente é Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM); Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT); e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO). Autor de vários artigos, com destaque para: Proteção Ambiental das Reservas Indígenas; A cláusula de Barreira no Direito Brasileiro; Orçamento Participativo no Poder Judiciário: uma perspectiva de democratização da justiça.



JOSE WILSON RODRIGUES DE MELO (coautor)

Pós-doutor em Sciences de l'Éducation pela Université de Montréal - Udm, Canadá (2013). Doutorado em Didacta e Organización Escolar pela Universidade de Santiago de Compostela - USC, Espanha (2008); Estudios de Tecero Ciclo pela Universidade de Santiago de Compostela - USC (2002); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1995); Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (1994). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1985). Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT desde 2003. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional (Interdisciplinar) em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional em Educação. Membro do Colegiado de Pedagogia (UFT - Palmas). Tem experiência na área de Educação com ênfase nos seguintes temas: política educacional, ensino superior, formação de professores, currículo, direitos humanos. Uma categoria transversal aos temas de pesquisa é a diversidade cultural.

FRANCISCO EDVIRGES ALBUQUERQUE

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor Adjunto do Colegiado de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína. Atualmente coordena o Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Indígena Apinayé, o Centro de Estudos Etnolinguístico e Cultural e o Laboratório de Línguas Indígenas da UFT/Campus de Araguaína, através de parcerias da UFT/FUNAI/SEDUC. Há 14 anos, trabalha com os povos Apinayé, onde desenvolveu os projetos de pesquisas, voltados para Doutorado e Mestrado. Atualmente tem se dedicado às pesquisas sobre as línguas indígenas Apinayé e Krahô. Há 8 anos trabalha como assessor/professor de Língua Portuguesa e das Línguas Indígenas Apinayé e Krahô, no Curso de Formação em Magistério Indígena do Estado do Tocantins/SEDUC. Membro do Conselho Estadual de Educação Indígena do estado do Tocantins. É organizador dos seguintes livros: Matemática e Ciências Apinayé (2007), História e Geografia Apinayé (2007), Narrativas e Cantigas Apinayé (2007), Alfabetização Apinayé (2007) e Medicina Tradicional Apinayé (2007). Publicou livros Português Intercultural (2008), Livro de Alfabetização Krahô (2009) e os artigos A Estrutura morfológica dos verbos em Apinayé, a Estrutura dos Nomes em Apinayé e A Situação Sociolinguística dos Apinayé de Mariazinha, O Tratamento dos Empréstimos em Apinayé, Aspectos do processo de Educação Escolar Bilíngue dos Apinayé, além de vários outros trabalhos, voltados para os aspectos da situação sociolinguística dos Povos Apinayé.

ALUIZIO FERREIRA VIEIRA

Juiz de Direito do TJRR, titular da 1ª Vara de Fazenda Pública da Capital; Coordenador do Núcleo de Assessoramento Técnico/NAT-JUS da área de saúde do TJRR; Coordenador do Polo Indígena de Conciliação Maturuca; Instrutor de Mediação Judicial pelo CNJ; Mestre em direito e





sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ); professor da graduação em direito na Faculdade Cathedral; e formador dos cursos de formação de magistrados e servidores do TJRR.

LÍDIA SORAYA LIBERATO BARROSO

Doutorado em Educação, linha de pesquisa: Antropologia da educação - Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História, linha de pesquisa: etno história - Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em História - Universidade Federal do Ceará. Atualmente trabalha na Gerencia de Educação Indígena - SEDUC - TO, com formação de professores indígenas das etnias: Karajá, Javaé, Xambioá, Xerente, Apinajé, Krahô e Krahô-Kanela. Membro do Conselho de Educação Indígena. Pesquisadora e consultora nas áreas de arte, cultura, história, antropologia, território, legislação e educação relacionado aos povos indígenas no Estado do Tocantins.

CLARISSE DRUMOMOND MARTINS MACHADO

Desde 2016, doutoranda do Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA/ICS/UnB), com o projeto “Indigenismo de reparação: pesquisa comparada sobre o pagamento da dívida histórica do Brasil com os Povos Indígenas e do Canadá com as Primeiras Nações”, sob orientação do Professor Dr. Cristhian Teófilo da Silva. Atua em estudos comparados sobre o indigenismo; políticas sociais; reparação, representatividade política e direitos indígenas. E membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI). Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade de Brasília (PPGPS/SER/UnB). Bacharel em Antropologia, pelo Departamento de Antropologia (DAN/UnB). Trabalhou na Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (SEGAD), do Governo do Distrito Federal (GDF), na Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS), da Fundação Nacional do Índio e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

4. Objetivos e justificativas do projeto

O projeto visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas.

A efetivação de direitos e garantias individuais e coletivas tem amparo na Constituição Federal, precisamente nos artigos 1º e 3º, quando, respectivamente, estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, e constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária. É também objetivo promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, da CF/88). Entretanto, a realidade dos povos indígenas, nomeadamente no que tange à efetivação dos direitos decorrentes da cidadania tem se mostrado



cada vez mais desafiadora. A inclusão sociopolítica dos povos indígenas pressupõe diálogo e conhecimento dos obstáculos que prejudicam o exercício pleno da cidadania.



5. Encontro para definição ações do projeto

Etapas do projeto.

5.1 Reunião Preparatória pré-projeto – 24.10.2017

Alinhamento da estratégia para definição das ações do projeto

Deliberações:

- Fazer uma oficina/reunião de trabalho em Palmas para promover/proporcionar o contato com os Indígenas. Seriam debatidas as questões dos direitos indígenas e interesses sócio-políticos. Nessa reunião detalharia o projeto. O interlocutor das tribos indígenas deverá ser indicador por eles mesmos.
- Montar um grupo de trabalho. Já ficou confirmada a participação do Dr. Álvaro como membro e do Dr. Wellington como coordenador.
- A comunicação do TRE-TO com as tribos indígenas deve ser feita via FUNAI.

5.2 Reunião – 05.02.2018

Definiu o cronograma e as estratégias de visitas às aldeias para convidar os líderes indígenas a participarem do encontro/oficina no TRE.

Deliberações:

- Que o cronograma de visita às aldeias seja anexado, pelas ZE, a esse SEI até o dia 08.02.2018;
- Que as visitas sejam realizadas entre o dia 19 e 23.02.2018;



c) Oficiar formalmente a FUNAI quanto a solicitação de apoio nas visitas.

5.3 Visitas às aldeias para convidar os Indígenas – 15.02.2018 a 01.03.2018

A ação inicial foi a reunião com os líderes indígenas com a finalidade de convidá-los a participarem de oficinas no Tribunal Eleitoral em Palmas. Foram visitadas as Aldeias que possuem locais de votação.

Zona Eleitoral	Aldeias Envolvidas no projeto	Nome dos Indígenas
5ª ZE - Miracema	Aldeia Porteira	Laercio Sirnapte Xerente Tiago Wakukepre Xerente
	Aldeia Funil	Elsó Krnsú Xerente Paulo Cesar
	Aldeia Brejo Comprido	Isaias Sizapi Xerente Valmir Hkawe Calixto Xerente
	Aldeia Rio Sono	Mauricio Seiko Xerente Gilberto Sresdazute Xerente
9ª ZE - Tocantinópolis	Aldeia Botica	Maria Aparecida Pereira da Silva
	Aldeia Mariazinha	Euclides Pereira Ribeiro
	Aldeia Barra do dia	Edvaldo Ribeiro Apinajé
	Aldeia São José	Cassiano Sotero Apinajé
13ª Cristalândia	Aldeia Santa Isabel	Kohãlue Karajá Iwrraru Karajá
	Aldeia Fontoura	José Hani Karajá
	Aldeia Macaúbas	Natanael Karajá Fernando Hadori Karajá
15ª ZE - Formoso Araguaia	Aldeia Txiurí	Cleyton Oliveira Martins Javaé Elias Wariho Javaé
	Aldeia Canoanã	Fabiano Kanari Javaé Manoel Conceição Marralanin Dias Achure Karajá
	Aldeia São João	Darci Maurerri Javaé Hatxiari Javaé
23ª Pedro Afonso	Aldeia Lajeado	Edimilson Kumnkawê Pereira de Brito Xerente Newton Damsokekwa Calixto



32ª Goiatins	Aldeia Rio Vermelho	Genival Caeteano Krahô Leozipe Pepxa Krahô
	Aldeia Cachoeira	André Cuhehke Krahô Ismail Pereira de Sousa Krahô
	Aldeia Pedra Branca	Marcio Krahô Miguelito de Sousa Krahô
33ª Itacajá	Aldeia Santa Cruz	Ariston Krahô Cornélio Kôc Krahô
	Aldeia Manoel Alves	Renato Yahé Krahô Roberto Krahô
34ª Araguaína	Aldeia Xambioá	Robson Jahuri Karajá Raiane de Sousa Guarani

Registro fotográfico das visitas



ALDEIAS MANOEL ALVES E SANTA CRUZ



ALDEIA KHAHÔ



ALDEIA DA ILHA DO BANANAL



ALDEIA SÃO JOÃO

5.4 Oficinas de trabalho (por temas, participantes e questões discutidas)

Após a visita às aldeias, com a definição de todos os representantes indígenas, a Justiça Eleitoral promoveu palestras e oficinas de debates, nos dias 15 e 16 de março de 2018.



PROGRAMA DO ENCONTRO

PROGRAMAÇÃO

Dia 15 de março, quinta feira (Tarde) – Auditório do TRE-TO (Quadra 202 norte, Av. Teotônio Segurado)

13h30 - Credenciamento

14h00 - Solenidade de Abertura

- *Des. Marco Villas Boas, Presidente do TRE-TO*

15h00 - 1ª Palestra – Segurança nas eleições em comunidades Indígenas

- *Aluízio Ferreira Vieira, Juiz de Direito de Roraima*

15h40 - Intervalo

16h00 - 2ª Palestra – Representatividade Política dos povos Indígenas

- *Mestre e Doutoranda Clarisse Drummond Martins Machado*

16h40 - 3ª Palestra – Diálogo entre Culturas

- *Professor Doutor Francisco Edvigés Albuquerque*

17h20 - Orientações para o segundo dia.

Dia 16 de março, sexta-feira (Manhã) - Anexo I (103 Norte, Av. LO2)

08h00 - Oficinas para tratar dos temas:

1. Segurança nas eleições em terras indígenas.
2. Representação política dos indígenas.
3. Diálogo entre culturas.

11h30 - Intervalo almoço

Dia 16 de março, sexta feira (Tarde) - Auditório TRE-TO

13h30 - Plenária Final

Apresentação das sugestões apresentadas pelas oficinas de debate.

15h30 - Apresentação - Panorama da Execução do Projeto

16h00 - Mesa de Encerramento

17h00 - Coquetel de Encerramento

No primeiro dia foram realizadas palestras que tinham como objetivo os temas escolhidos para as oficinas visando facilitar o entendimento do que seria debatido.

Assim, no segundo dia, foram realizadas as oficinas. Os resultados apresentados, em plenária final, foram os seguintes:





Tema: Segurança nas eleições em comunidades Indígenas.

Assuntos debatidos:

A.1. Sob o ponto de vista das Forças de Segurança, qual a maior dificuldade em se garantir a segurança das eleições em comunidades indígenas?

- Resistência da comunidade indígena Xerente com relação à presença da Polícia Militar.

A.2. Sob o ponto de vista das comunidades indígenas, qual a maior dificuldade na relação com as Forças de Segurança, durante o processo eleitoral?

- Na comunidade Xerente – questão histórica de conflitos com a Polícia Militar (passado)

- Na comunidade Krahô – a presença de militares do exército com armamento ostensivo causa sensação de insegurança nos moradores em razão de questões históricas (massacres ocorridos no passado)

- Na comunidade Apinajé – falta de conhecimento da cultura dos índios por parte dos integrantes das forças de segurança e TRE acabam gerando atritos

- Na comunidade Javaés – falta de autonomia por parte dos líderes das aldeias, que vendem o voto e não orientam os demais integrantes da comunidade

- De forma geral, a falta de conhecimento da cultura indígena por parte dos agentes das forças de segurança e TRE acabam gerando dificuldades na atuação

- Falta de conhecimento da parte dos índios da legislação eleitoral, em especial com relação aos crimes eleitorais

- Falta de atuação das forças de segurança nos casos de compra de voto dentro das aldeias

- Ausência de diálogo anterior entre os órgãos de segurança e TRE com as comunidades indígenas

- Ausência de controle no acesso de pessoas não pertencentes à aldeia no período eleitoral

- Limitação da segurança apenas ao local de votação, deixando o restante da aldeia sem proteção

A.3. Relacionem três propostas que visem aumentar a fiscalização e a prevenção de crimes eleitorais em comunidades indígenas.

- Realização de seminários e ações para disseminação de conhecimento para as comunidades indígenas, visando esclarecer dúvidas relativas a legislação eleitoral, principalmente com relação a crimes eleitorais

- Abrir diálogo com as forças de segurança com vistas a sua atuação nas comunidades indígenas nas eleições e de forma geral.

- Capacitação dos agentes que atuam diretamente nas aldeias sobre a cultura indígena (servidores do TRE, mesários e agentes das forças de segurança).

Participantes: Vide lista de frequência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Oficina: Segurança nas eleições em terras indígenas
Local: Anexo I - TRE
Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Davidio Huiui Suinoptek	Xerente 5ª ZE	DavidioHuiui@hotmail.com
2.	Gilso Kraunsi Xerente	Xerente	
3.	Paulo Cesar U. X.	Xerente	Wawickraunsi@gmail.com
4.	Valmiri Hkêwê Calido Xerente		
5.	MANDEL MORENO XERENTE	XERENTE	MORENOXERENTE@GMAIL.COM
6.	MARCELO CONCEIÇÃO DA KAPAZI	KAPAZI	marcelokoraja@gmail.com
7.	Paulo Henrique dos S. Barbosa	13ª ZE	PauloHenrique@tre-to.gov.br
8.	França Alves Gomes Bandeira	15ª ZE	franca.gomes@tre-to.gov.br
9.	Aurifany Tomica G. Dias	5ª ZE	aurifany.dias@tre-to.gov.br
10.	Azeimaldo Brabo	PM-TO	azeim.brabo@tre-to.gov.br
11.	Solanda de Sousa Leão	PC-TO	solandaleao@hotmail.com
12.	DARCI MAURICELI	JAVAE	darci.javae@hotmail.com
13.	Wagner Mansur S. Caprao	23ª ZE	MANSIUR@TRE-TO.JUS.BR
14.	Elias Waribo Yorai	Yorai	
15.	Mário Aparecida P. Silva	Apinaje	amnhakapinaje@gmail.com
16.	Walter de S. Krahô	Krahô	walter.krahoe@gmail.com
17.	Samuel P. de S. Krahô	Krahô	
18.	Camélio Krahô	Krahô	
19.	ALVARO MANZANO	MPP	Alvaromanzano@mpf.mp.br
20.	marcelo kostinobla	TRE - IACUTA	
21.	Ana Carina M. Souto	CORREGEDORIA-TRE-TO	
22.	TEODOMIRO FERNANDES AMORIM	SABOR/TRE	



Tema: Representatividade Política dos povos Indígenas

Assuntos debatidos:

B.1. As comunidades indígenas se sentem representadas pelos políticos não indígenas?

Não. Primeiramente, porque as lideranças partidárias vão às aldeias para conseguir candidatos para os seus partidos e, conseqüentemente, mais votos para eles mesmos se elegerem. Os candidatos não indígenas tem estratégias para fazerem campanha, os indígenas não tem; Após o período eleitoral eles esquecem as promessas que fizeram, prometem muita coisa e não cumprem, estão sempre dizendo que não tem recursos, e os índios não recebem nenhum benefício dos políticos eleitos. Nem os não indígenas se sentem representados pelos políticos.

B.2. A organização interna das comunidades indígenas dificulta a escolha de candidatos nas eleições gerais e municipais?

Sim. A forma de representação política dos não indígenas não é a mesma na cultura indígena, pois nas comunidades indígenas há diferenças nessa representação até mesmo entre seus clãs, famílias e “partidos”. Além disso, há políticos não indígenas que incentivam a divisão da comunidade quando oferecem vantagens em troca de votos, visando o enfraquecimento de candidaturas próprias. Em determinadas etnias falta diálogo e discussão mais aprofundada para escolha de candidatos indígenas ou apoio a candidatos não indígenas.

B.3. Relacionem três propostas que visem aumentar a representação política do índio no processo eleitoral.

- 1 – Realizar ações de conscientização política nas comunidades indígenas, sobre legislação eleitoral, para que os indígenas tenham conhecimento de seus direitos e deveres relativos ao processo eleitoral.
- 2- Intensificar a fiscalização, durante o período eleitoral, para inibir o uso da estrutura dos órgãos públicos que trabalham diretamente com comunidades indígenas, bem como para evitar excessos na propaganda eleitoral nas aldeias, por parte dos candidatos não indígenas.
- 3 – Facilitar o acesso dos eleitores indígenas aos locais de votação.

Participantes: Vide lista de frequência



Oficina: Representação política dos indígenas

Local: Anexo I - TRE

Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Roberto Krahô	Krahô	robuto.krahô@thelo.com
2.	Tiago WAKUPERE XERENTE	XERENTE	tiagoxerente@hotmail.com
3.	Genival Custame Krahô	Krahô	
4.	Isaías Nizapi Xerente	Xerente	isaias.xerente.013@gmail.com
5.	Anché Gihêkê Krahô	Krahô	
6.	Raimundo Baillô V. Maruá	FUN 43 / Maruá	raimundo.marua@gmail.com
7.	Cassiano Sotero Asinagé	Asinagé	cassianoasinage@gmail.com
8.	Estanislau Kungá	Kungá	estanislaokungas@hotmail.com
9.	Sikwahi Kelly M. Brito	Xerente	
10.	Ulysses O. Martins Júnior	JAVAE	TEWAXRESJAVAE@terra.com.br
11.	Elizângela Mesquita Lopes	TRE	
12.	Maria do Carmo Barbosa	TRE	marcarmo@tre-to.jus.br
13.	Lidia Soraya Liberti Barros	SEUC	LIDIASLB@GMAIL.COM
14.	HELDEN C. LISBOA	JTRE - 9º ZEL	HELDEN@TJTO-JUS.BR
15.	CLARISSE DRUMMOND	UnB	clarisse.drummond@gmail.com
16.	Luzimar Soares Filho	AGU	luzimar.filho@AGU.BR.UFRJ
17.	Carlos Manoel S. Júnior	13º ZEL	
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			



Tema: Diálogo entre Culturas

Temas debatidos:

C.1. Sob o ponto de vista das autoridades constituídas qual o maior obstáculo à compreensão da cultura indígena?

- O preconceito cultural, linguístico e institucional;
- Desrespeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas.
- O reconhecimento dos níveis de discriminação enfrentados pelos povos indígenas
- Desvalorização dos saberes tradicionais indígenas.

C.2. Sob o ponto de vista das comunidades indígenas quais as barreiras que impedem o diálogo e a busca conjunta de soluções para os problemas vividos nas aldeias?

Barreiras:

- A barreira do preconceito cultural e linguístico
- Desrespeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas
- Dificuldade de acesso às aldeias

Busca conjunta de soluções para

- A quebra da barreira do preconceito cultural e linguístico
- Facilidade de acesso às aldeias, melhoria das estradas.
- Respeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas.

C.3. Relacionem três propostas que visem melhorar o diálogo intercultural entre o não indígena e o índio.

1. Construção da identidade indígena num ambiente multicultural com a sociedade não indígena.
2. As condições do diálogo intercultural entre os povos indígenas do Tocantins e os não indígenas;
3. Uma cultura política que valoriza a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas do Tocantins.

Participantes: Vide lista de frequência



Oficina: Diálogo entre culturas
Local: Anexo I - TRE
Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Fernando Haderi Karajá	Karajá	
2.	José Hari Karajá	Karajá	URIWAV@HOTMAIL.COM
3.	Briston Kraho	Kraho	
4.	Leilio Moisés Araújo	TRE/TO	leilio@tre-to.jus.br
5.	Edimilson K.P.B. Xerente	Xerente	98426.9887
6.	Leiz Marina Regis Ribeiro	DPE/NDH	32186953
7.	Matheus Araújo	Javáe	
8.	Newton Damasceno Leite	Xerente	984439861
9.	Luizton BA de Lima	32ZE GOIATINS	luizton.edilino@gmail.com
10.	Luzimar Soares Filho	AGU	Luzimar.filho@AGU.gov.br
11.	João Carlos P. Javáe (Pantufa Javáe)	SECIJU-GERENTE INDÍGENA	Carlinhojaváe@hotmail.com
12.	Miguelito Kraho	Conselho	
13.	Gilberto Sereiaçute	Xerente	
14.	Kubania de Candeubola	Karajá	Kubania@gmail.com
15.	Mauricio Sato Xerente	Xerente	
16.	Gilvan Kundioman Karajá	cons.saúde	GilvanKarajav0@gmail.com
17.	Enielis Pereira Ribeiro	Arimaji	
18.	Marcio Kraho	Kraho	
19.	Kapinunga Sua Karajá	Karajá	swickongra@gmail.com
20.	Roberto Karajá		
21.	Martha Helena R de Souza	UFT/	marthahelena@uft.edu.br
22.	Silvia Helena Dias Santo	TRE/ASPCA	silvia@tre-to.jus.br

Registro fotográfico das oficinas.



OFICINA TEMA SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES



OFICINA TEMA DIÁLOGO ENTRE CULTURAS



OFICINA TEMA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS



5.5 Plenária após as oficinas

Na reunião plenária foi aprovado o relatório apresentado pelas oficinas, já descrito.

Registro fotográfico das atividades na plenária final.



5.6 Reunião 23.03.2018

Após o encontro, foram definidas as ações que resultaram das demandas realizadas pelos Indígenas.

Assim as ações definidas foram:

- Realizar seminários sobre educação política nas comunidades Indígenas;
- Aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.
- Promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE;
- Confeccionar cartilha bilíngue.



6. Execução das ações planejadas

Após definidas as ações e os gestores, iniciou-se a fase de execução. Assim apresentam-se algumas fases já realizadas das ações planejadas.

6.1 Ação educação política nas comunidades Indígenas

A Escola Judiciária Eleitoral foi incluída no Projeto Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins para desenvolver a Ação de Educação Política nas Comunidades Indígenas, por meio do SEI 0004181-17.2018.6.27.8000, visando garantir a efetivação plena dos direitos de cidadania a todos, seguindo os preceitos constitucionais que regem a Carta Magna.

Nos referidos autos foi apresentado Plano de Ação, definindo-se que as atividades iniciariam na reserva indígena, no dia 21 de abril de 2018, com encerramento previsto para 14 de setembro de 2018.

Assim, dando continuidade ao projeto, no referido período, foram realizadas ações nas Aldeias São José, Mariazinha, Boto Velho, Macaúba, Akwê Xerentes - Cemix, Canuanã, Fontoura, Prevfogo, Santa Cruz, Pedra Branca e Xambioá, conforme programação a seguir:

PROGRAMAÇÃO

Abertura, Juiz Eleitoral Dr. Wellington Magalhães.

Palestra - “A importância da participação do povo indígena no processo eleitoral” e Palestra - “Legislação eleitoral - direitos e deveres”. Juiz Eleitoral Dr. Luís Otávio de Queiroz Fraz

Jogo de Tabuleiro - de forma participativa são repassadas importantes informações sobre o processo eleitoral.

Votação simulada - os indígenas receberão, individualmente, instruções para utilização da urna eletrônica.

Encerramento



EQUIPE

A ação nas aldeias contou com equipe composta pelos seguintes integrantes:

1. Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz Eleitoral da 29ª Zona Eleitoral, apresentação das palestras;
2. Wellington Magalhães – Juiz Eleitoral da 13ª Zona Eleitoral, organização e entrega de Certidão de Nascimento;
3. Elisandra Bega – pedagoga cedida pela SEDUC, interlocução com as escolas, organização e auxílio na aplicação do jogo de tabuleiro;
4. Juliana Marques dos Santos Bringel – organização, votação simulada e aplicação do jogo de tabuleiro;
5. José Renato Guimarães – organização, votação simulada e logística de transporte;
6. Dourival Reis – aplicação do jogo.

APOIO ASCOM

7. Gabriela de Oliveira Almeida – Registro Jornalístico;
8. Eva Bandeira – Registro e Cerimonial;
9. Lilia Mara – Registro jornalístico e fotográfico;
10. Lucas Santos Nascimento – registro fotográfico e filmagem.

PARCERIAS

O Projeto também conta com a participação de outras Instituições:

- Fundação Nacional do Índio - FUNAI, representada pelo procurador Lusmar Soares Filho;
- Secretaria de Educação do Estado – Seduc, representada pela Antropóloga Lídia Soraya Liberato Barroso e pela pedagoga Elisandra Bega; e
- Secretaria Cidadania e Justiça do Estado representada pelo Sidipró Xerente.

TRANSPORTE e ALIMENTAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de deslocamento e o fornecimento de alimentação foi realizado reuniões com Poderes Executivos Municipais, FUNAI e Secretaria Estadual de Educação, para viabilizar o transporte, os insumos e profissionais para preparação dos alimentos.





Assim, com os apoios recebidos foi possível disponibilizar o transporte, bem como o fornecimento de alimentação para atender a logística dos eventos.

AÇÃO DE MOBILIZAÇÃO

A Escola Judiciária Eleitoral e as Zonas Eleitorais articularam com as lideranças indígenas, visando a maior adesão possível da população ao projeto. Foram realizadas mobilizações, por meio da identificação de lideranças, que se comprometeram e auxiliaram efetivamente, garantindo o maior número de participantes.

Em todas as regiões, o projeto contou com apoio dos caciques e anciãos que articularam com as comunidades indígenas a participarem do evento.

CRONOGRAMA E CONTROLE DA EXECUÇÃO

DATA	ZONA ELEITORAL	LOCAL DO EVENTO	ALDEIAS PARTICIPANTES	ETNIA	PARTICIPANTES
21/4/2018	9ª Zona Eleitoral - Tocantinópolis	Aldeia São José Escola Estadual Mâtyk	Aldeia Abacaxi Aldeia Água Limpa Aldeia Aldeinha Aldeia Areia Branca Aldeia Bacaba Aldeia Bacabinha Aldeia Bacuri Aldeia Baixa Funda Aldeia Boi Morto Aldeia Brejinho Aldeia Cocal Grande Aldeia Furna Negra Aldeia Mangaba Aldeia Palmeiras Aldeia Patrizaral Aldeia Pintada Aldeia Prata Aldeia São José Aldeia Serrinha	Apinajé	150
22/4/2018	9ª Zona Eleitoral - Tocantinópolis	Aldeia Mariazinha Escola Estadual Indígena Tekator	Aldeia Barra do Dia Aldeia Bonito Aldeia Botica Aldeia Cipozal Aldeia Divisa Aldeia Encontro das Águas Aldeia Girassol Aldeia Macaúba Aldeia Mariazinha (sede do encontro) Aldeia Mata Grande	Apinajé	119



			Aldeia Nova Aldeia Olho D'água Aldeia Recanto Aldeia Riachinho Aldeia São Raimundo Aldeia Serra Dourada		
7/7/2018	13ª Zona Eleitoral - Cristalândia	Aldeia Boto Velho	Aldeia Boto Velho	Karajá	74
8/7/2018	13ª Zona Eleitoral - Cristalândia	Aldeia Macaúba	Aldeia Macaúba	Karajá	80
19/7/2018	5ª Zona Eleitoral - Miracema	CEMIX – Centro de Ensino Médio Indígena Xerente	Evento com professores indígenas	Xerente, Apinajé, Karajá, Javaé e Krahô –	138
9/8/2018	5ª Zona Eleitoral - Miracema	CEMIX – Centro de Ensino Médio Indígena Xerente	Aldeia Nova Aldeia Aldeinha Aldeia Angelim Aldeia Aparecida Aldeia Baixa Funda Aldeia Bananal Aldeia Barreiro Aldeia Bela Vista Aldeia Betânia Aldeia Boa Esperança Aldeia Boa Fé Aldeia Boa Vida Aldeia Boa Vista Aldeia Bom Jardim Aldeia Bom Tempo Aldeia Brejão Aldeia Brejinho Aldeia Brejo Comprido Aldeia Brejo Novo Aldeia Brejo Novo região do Funil Aldeia Brejo Verde Aldeia Brupre Aldeia Brutu Wdêhu Aldeia Buritizal Aldeia Cabeceira D'água Fria Aldeia Cabeceira Verde	Xerente	79
30/8/2018	15ª Zona Eleitoral – Formoso do Araguaia	Aldeia Canuanã	Aldeia Canuanã	Javaé	97
31/8/2018	13ª Zona Eleitoral - Cristalândia	Aldeia Fontoura	Aldeia Fontoura	Karajá	125



01/9/2018	13ª Zona Eleitoral - Cristalândia	PrevFogo	PrevFogo	Karajá Javaé Xerente Krahô	28
11/9/2018	33ª Zona Eleitoral - Itacajá	Aldeia Santa Cruz	Aldeia Santa Cruz Aldeia Paraíso Aldeia Água Branca Aldeia Taypoca Aldeia Kapey Aldeia Cristalina, Aldeia Coqueiro, Aldeia Barra, Aldeia Mangabeira, Aldeia Buritizal Aldeia Forno Velho	Krahô	72
12/9/2018	32ª Zona eleitoral - Goiatins	Aldeia Pedra Branca	Aldeia Pedra Branca	Krahô	115
13/9/2018	34ª Zona Eleitoral - Araguaina	Aldeia Xambioá	Aldeia Xambioá	Karajá	52
TOTAL	7 ZONAS ELEITORAIS	12 EVENTOS	78 ALDEIAS CONTEMPLADAS	6 ETNIAS	1.129 INDÍGENAS

ALDEIA SÃO JOSÉ – TOCANTINÓPOLIS





ALDEIA MARIAZINHA – TOCANTINÓPOLIS



ALDEIA BOTO VELHO - LAGOA DA CONFUSÃO



ALDEIA MACAÚBA – LAGOA DA CONFUSÃO



CEMIX – TOCANTÍNIA



ALDEIA CANUANÃ



ALDEIA FONTOURA



PREVFOGO



ALDEIA SANTA CRUZ



ALDEIA PEDRA BRANCA





ALDEIA XAMBIOÁ



PALESTRA

As palestras foram proferidas pelo Juiz Eleitoral da 29ª ZE, Luís Otávio de Queiroz Fraz, com uma linguagem acessível e descontraída, falou sobre a importância da participação do povo indígena no processo eleitoral e sobre direitos e deveres dos indígenas enquanto eleitores.

O magistrado ainda explicou aos indígenas Apinajé, Xerentes, Krahô, Javaé e Karajás as três formas para participação no processo eleitoral. "A primeira delas é termos mesários voluntários saídos das aldeias, que conhecem o dialeto para orientar de forma correta na hora do voto, a segunda forma é os indígenas eleitores votarem com consciência e não venderem o seu voto, exigindo e cobrando as propostas feitas durante a candidatura, e a outra forma é os próprios indígenas se organizarem politicamente através das suas lideranças para elegerem um representante tanto no legislativo, como no executivo municipal e estadual", ressaltou.



Aldeia Boto Velho



Aldeia Macaúba

DINÂMICA APLICADA DURANTE AS PALESTRAS



Aldeia São José



Aldeia Mariazinha



JOGO DE TABULEIRO

Em todas as ações os indígenas participaram atentamente do jogo de tabuleiro, aplicado de forma pedagógica interativa e lúdica, por meio de perguntas e respostas que abordam relevantes temas como cidadania, democracia, processo eleitoral, corrupção, voto consciente, entre outros. A dinâmica foi conduzida de forma descontraída, mas com muita informação, pelos servidores Juliana Marques, Elisandra Bega e Dourival Reis, contou com a participação do juiz eleitoral Luís Otávio, presente na ação.



MANUAL BILÍNGUE

Foi produzido pela Escola Judiciária Eleitoral - EJE-TO, diagramado pela Assessoria de Comunicação do TRE-TO, um manual bilíngue sobre a utilização da urna eletrônica na hora da votação, traduzida para as todas as etnias e distribuída para os participantes das ações nas aldeias.



Anote aqui o número dos seus candidatos.
Fica mais fácil na hora de votar!
Acandidato numero kaki bitynykre.
Tai irutaokre mavotanykreu!

Deputado Federal/Deputado Federal

Deputado Estadual/Deputado Estadual

Senador/Senador

Senador/Senador

Governador/Governador

Presidente/Presidente

COMO VOTAR NA URNA ELETRÔNICA
TIMYBO URNA ELETRONICA-DI
MAVOTANYKRE
PORTUGUÊS - KARAJÁ

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TOCANTINS

COMO VOTAR NA URNA ELETRÔNICA
TIMYBO URNA ELETRONICA-DI
MAVOTANYKRE

• Teclas numéricas – para digitar o número do seu candidato
• Teclas numéricas – acandidato numero biwinykre

• Tecla branca – para votar em branco
• Tecla laranja – para corrigir
• Tecla verde – para confirmar
• Tecla laranja – para corrigir
• Tecla verde – para confirmar

1º - Digite o número do candidato de sua preferência. Na tela, aparecerá a foto, o número, o nome e a sigla do partido do candidato.
No caso de Presidente e Governador também aparecerá a foto dos candidatos à Vice-Presidente e Vice-Governador.

2º - Se as informações estiverem corretas, aperte a tecla verde CONFIRMA.

3º - Como corrigir o voto
Se não aparecerem na tela todas as informações sobre o candidato escolhido, aperte a tecla laranja CORRIGIR e repita o procedimento anterior.
Se as informações estiverem corretas, aperte a tecla verde CONFIRMA.

SOM DA URNA
A cada voto confirmado, a urna emitirá um sinal sonoro.
Após o voto para presidente, a urna emitirá um sinal sonoro mais longo e a tela exibirá a palavra FIM.

1º - Mibô scandido o reti numero biwinykre.
Tela-ki rnykre rnykrasana, inunero, imi, ibanemy sigla rnykre.

Presidente, Governador rnykrasananemy rnykre, ibevoluda meny tula rnykre.

2º - Obilemy mavotanykre wna, tecla biderado iyre-ô berikre irahuô bitanykre

3º Timybo biabitanykre beoakre wna Tela-ki rnykre wna scandikado mahada, tecla iyre-ô BICORRIGIR

Kaja itindro hãhã hapô me: hã ka tok: xã gôgrã kãmã heik hã kapi xã.

URNA JURÔ
Avoto ôb ikre rahudi tãhe surnykre. Presidente-ô mavotany rahudi tãhe inehemy surnykre irahuô tãhe subô rnykre ITUEIRA.

ÔGHARU! Abôbile candidato numero biwinykre wna irahuô tecla biderado iyre-ô berikre BICORRIGIR. avoto rnykrasana VOTO NULO my rnykre.

CUIDADO! Se você digitar um número de candidato ou de partido inexistentes e depois apertar a tecla verde CONFIRMA, seu voto será contabilizado como VOTO NULO.





VOTAÇÃO SIMULADA

Em seguida foi realizada a votação simulada, momento em que todos os presentes poderão utilizar a urna eletrônica e aplicar os conhecimentos aprendidos. Durante a votação, de forma individual, a equipe esclareceu todas as dúvidas existentes.





PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A Escola Judiciária Eleitoral realizou pesquisa de satisfação nas ações nas aldeias, por meio de duas urnas eletrônicas, onde os participantes foram convidados a dar sua opinião sobre as atividades desenvolvidas.

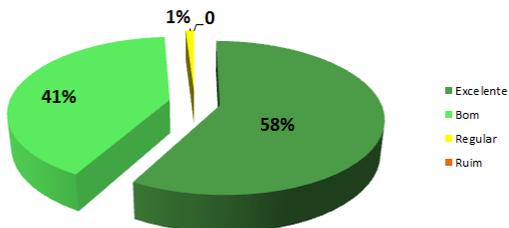


RESULTADO DA PESQUISA

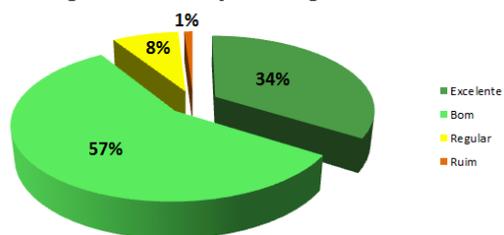
A seguir apresentamos os gráficos com a pesquisa de Pesquisa de Satisfação realizada nas aldeias. Os resultados apontam 72% das manifestações foram “Excelente” e “Bom”, demonstrando alto índice de satisfação dos participantes.



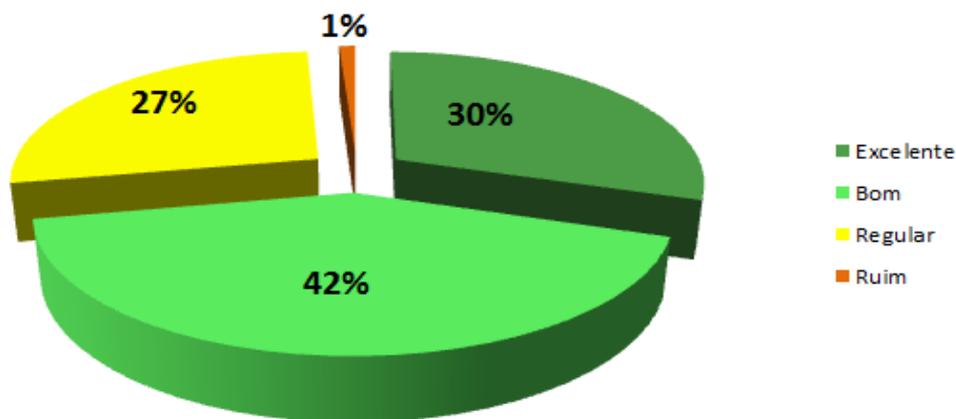
Pergunta 1 - Avaliação das Palestras



Pergunta 2 - Avaliação do Jogo e Material



Pergunta 3 - Avaliação Geral do Evento



RESGATE DA ETNIA ÆWA - ALDEIA BOTO VELHO.

Ainda durante a ação foi entregue Certidões de Nascimento, pelo juiz eleitoral Wellington Guimarães da 13ª ZE, a integrantes da etnia Æwa.

A visita à aldeia registrou um momento histórico para o Tocantins, após anos de luta, a etnia Æwa conquistou o resgate da sua identidade, com os nomes na certidão de nascimento, escrito na linguagem deles.





Depoimentos

“A Escola Judiciária Eleitoral recebeu a missão de realizar a primeira ação de educação política nas comunidades indígenas do Tocantins com o Projeto Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro. Promover a conscientização cívica e a preparação dos eleitores indígenas para participarem ativamente da sociedade, estimulando-os e preparando-os para a vivência político-democrática é um trabalho que engrandece ainda mais as ações da EJE”. **Vice-Presidente e Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, Desembargadora Ângela Prudente**

“O Projeto de Inclusão Sociopolítico dos Povos Indígenas do Tocantins avança com toda força, especialmente no que tange a Ação de Educação Política, onde em colaboração com a Escola Judiciária Eleitoral, estamos alcançando níveis de satisfação junto as populações indígenas, no sentido de conscientizá-los e sensibilizá-los da importância da participação efetiva no processo eleitoral, Diante disso é com grande satisfação que começamos a receber os primeiros resultados do trabalho, com a certeza de que estamos realizando algo de importante para a plena e efetiva cidadania dos povos indígenas”.

Juiz Eleitoral Wellington Magalhães- Coordenador do Projeto de Inclusão Sociopolítico das Comunidades Indígenas do Tocantins

“A partir do diagnóstico feito nos encontros iniciais com as lideranças indígenas, já foi possível detectar uma série de problemas de relacionamentos e de gestão entre nós. Fomos até o local para realizar a primeira ação de educação política com a comunidade Apinajé e fomos muito bem recebidos. Importante estar no local, importante conhecer para juntos construirmos soluções. Os indígenas foram muito receptivos e muito interessados pelo processo político, ao contrário do que muita gente imagina. Um projeto lindo que merece ser ampliado, pode ser uma porta para uma série de ações de aproximação cidadã, de aproximação sociológica. Nós temos que parabenizar o TRE-TO pela iniciativa de cuidar dos nossos irmãos que estão gravitando em torno de nossa comunidade, mas que são parte integrante dela. Fiquei muito feliz de poder contribuir”.

Juiz Eleitoral da 29ª ZE, Luís Otávio de Queiroz Fraz – Palestrante da Ação

“A inserção dos indígenas no processo eleitoral e o desejo de eleger um representante é muito grande, mas a desunião do nosso povo é o maior impedimento, e a intervenção do homem branco nas aldeias é um dos fatores que nos dividem ainda mais. Importante essa ação da Justiça Eleitoral, nos ajudou muito”.

Pedagogo e mestre em ciências do meio ambiente, Vice-Cacique Cassiano Apinajé.

“Parabenizo a iniciativa da Justiça Eleitoral do Tocantins, que pela primeira vez trouxe conhecimento para os indígenas, nós somos sempre esquecidos pelas





instituições. As informações foram repassadas de forma clara e objetiva, onde todos puderam compreender. Agora nossa missão é colocar em prática tudo que aprendemos aqui".

Líder indígena e professora na Aldeia Botica, Aparecida Pereira Apinajé

"O manual foi muito importante, pois aprendi como votar e que devemos anotar o número dos nossos candidatos para levar no dia eleição, eu vou participar das eleições pela primeira vez esse ano, por isso a simulação de uma votação na urna eletrônica me ajudou muito".

Índio adolescente de 16 anos, Mardônio Apinajé

O procurador da Funai, **Lusmar Soares Filho**, explicou que isso é o resultado da solicitação da Comissão Nacional da Verdade que requereu da Funai que procedesse as retificações dos nomes desse grupo, que estava quase exterminado. "Ainda no Regime Militar eles foram constatados através da Funai e foram colocados dentro de uma outra área indígena, mas que não era a área deles e eles ficaram como prisioneiros de guerra, recebendo nomes dados por outra etnia, alguns nomes eram muito constrangedores. Por isso eles reivindicavam o nome correto na linguagem **Āwa**".

"Estou muito emocionado, pois nós lutamos bastante para a mudança dos nossos nomes. Foi também uma conquista moral, pois agora o povo **Āwa** tem identidade própria, e não mais a que foi imposta por outras tribos", revelou o líder do grupo, **Wapoxire Tuxi Silva Āwa**.

"Isso que aconteceu é uma coisa inédita nas aldeias com as tribos indígenas, tenho certeza que é uma coisa boa, já que a Justiça Eleitoral veio aqui conversar e nos orientar, pois nós somos leigos nessa parte e isso nos prejudica muito. Então com essa vinda foi muito bom para que a gente tenha noção do que é uma eleição", destacou o cacique da Aldeia Boto Velho, **Wagner Javaé**.

O cacique, **Antecir Wajumani Karajá**, contou que essa é a primeira vez que magistrados visitam a comunidade. "É muito importante recebermos essas orientações sobre como votar e como participar melhor das eleições".

"É muito importante essa aproximação e diálogo com os representantes da Justiça Eleitoral, trazendo informações para nossa comunidade, pois é uma ótima oportunidade para que os nossos alunos tenham consciência de



como prosseguir nas suas escolhas, tanto para votar quanto para se tornarem políticos no futuro”, **Fernando Xerente, diretor do CEMIX.**

“Desde que participei da outra ação da Escola Eleitoral com os professores, fiquei ansiosa pelo retorno de vocês aqui no CEMIX. Tenho repassado as informações aprendidas, especialmente para as mulheres da nossa comunidade, pois em casa quem manda é a mulher”, **Nilda Sipri Xerente, Aldeia Cabeceira D’água Fria, que pela primeira vez representou o cacique da aldeia em um evento.**

“Esta ação do TRE é muito importante para mim como professor desta comunidade e, especialmente para os alunos, pois nos permite entendermos e sabermos valorizar o que é nosso, os nossos direitos, e principalmente cobrarmos dos nossos representantes políticos”, **professor Silvino Xerente.**

“A nossa comunidade precisa ter essas informações. É uma inovação, uma nova conquista, é o que o nosso povo precisa”, **cacique Isaías Sizapi Xerente, Aldeia Brejo Comprido.**

"A palestra foi muito importante, nos mostrou que precisamos articular juntos, fazer nossas cobranças juntos. Temos que fazer valer o nosso direito de votar", comemorou o professor **Indiomar Krahô.**

“O cacique da Aldeia Canuanã, **José Tehybi Javaé,** agradeceu a presença dos integrantes da Justiça Eleitoral na aldeia e ressaltou a importância da comunidade Javaé receber in loco a ação de educação política das comunidades indígenas. "Esse é um momento de aproximação entre nós e a Justiça Eleitoral e serve para conhecer como a gente deve fazer para melhorar nossa participação na política", explicou o cacique.

O representante da aldeia Fontoura, cacique **Cleber Karajá,** disse que é a primeira vez que acontece uma reunião com a comunidade para explicar sobre como acontece o processo eleitoral. "A gente precisa muito disso e temos que ficar atualizados. Às vezes a urna chegava aqui na aldeia e a gente não sabia direito para que servia, hoje a gente já sabe", disse.



“O brigadista **Pedro Paulo Xerente** da aldeia Cachoerinha, em Tocantinia-TO falou da importância da ação. "Para nós é um avanço receber em nossas comunidades a equipe do TRE-TO. Estou muito feliz pela iniciativa de vocês terem se deslocado até aqui, investindo esse tempo para trazer orientações e nos incentivar a investir em representantes políticos que se propõem a brigar pelos interesses de nosso povo. É fundamental termos a consciência política para fazer nossas escolhas, de forma que tenhamos garantida a nossa segurança na hora do voto, e efetiva representatividade nos poderes".

“Diretora Regional de Educação de Pedro Afonso, professora **Maria Lúcia Souza**, "a ação é de grande importância, pois faz com que os indígenas compreendam todos os processos, tanto na área de educação política, social, econômica e também cultural. Com “o TRE presente nas comunidades, abre-se um leque de informações e faz com que eles (indígenas) valorizem o seu voto”.

“O cacique da Aldeia Santa Cruz, **Ariston Krahô**, falou da necessidade de respeitar as tradições hierárquicas e culturais dos povos, e ressaltou a importância de escolherem representantes que lutem pelos interesses das comunidades”.

6.2 Ação para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias

Em cumprimento ao Plano de Ação, aprovado pela Administração deste Tribunal, o tema Acesso das Forças de Segurança nas Aldeias, foi abordado na primeira reunião de trabalho do Comitê de Segurança Institucional das Eleições, tanto pelo representante da Polícia Militar, quanto pelo Comandante do 22º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, conforme consta da reunião do dia oito do mês de maio de 2018.



REUNIÃO DO COMITÊ DE SEGURANÇA EM 08.05.2018



A ação aqui tratada, teve como foco preponderante, eliminar a não aceitação ou resistência por parte dos povos indígenas, quanto ao acesso de Policiais Militares nas aldeias, fato este decorrente de eventos históricos marcados por conflitos.

A abertura de diálogo iniciada no Workshop realizado nos dias 15 e 16.03.2018 e o avanço das ações dali decorrentes, permitirá que sejam aparadas as arestas até então existentes, possibilitando-se, desta maneira, que a segurança nas aldeias, no dia das eleições, seja realizada de forma plena pela Polícia Militar, atividade esta que se encontra dentro das atribuições institucionais daquela Corporação.

Foram realizadas reuniões de trabalho com a participação do Presidente deste Tribunal, Presidente do Comitê de Segurança Institucional, Coordenador do Projeto de Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins, Procurador Regional Eleitoral, Comandante Geral da Polícia Militar, Comandante do 22º Batalhão de Infantaria do Exército e Procurador Federal junto à FUNAI.

Após a realização dessa reunião, iniciou-se a fase de visitação às comunidades indígenas, as quais foram capitaneadas pelo Dr. Juiz da 15ª Zona Eleitoral, Dr. Wellington Guimarães e contou com a participação do o Juiz da 29ª Zona Eleitoral, o Procurador Federal junto à FUNAI, Dr. Lusmar Soares Filho e representantes da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Tocantins, tendo sido realizadas as seguintes visitações:

ALDEIAS	ZONA ELEITORAL e LOCAL	DATA	PARTICIPANTES
ALDEIA SÃO JOSÉ Etnia Apinajé	9ª Zona Eleitoral/ Tocantinópolis	21/4/2018	150
ALDEIA MARIAZINHA Etnia Apinajé	9ª Zona Eleitoral/ Tocantinópolis	22/4/2018	119
ALDEIAS MACAÚBA E BOTO VELHO Etnia Karajá	13ª Zona Eleitoral/ Cristalândia (Lagoa da Confusão)	6 a 8/7/2018	200
CEMIX - XERENTE Xerente, Apinajé, Karajá, Javaé e Krahô – Evento com professores indígenas	5ª Zona Eleitoral/Miracema (Tocantínia)	19/7/2019	100
ALDEIAS XERENTE Etnia Xerente	5ª Zona Eleitoral/ Miracema (Tocantínia)	9/8/2018	200
ALDEIA CANUANÃ Etnia Javaé	15ª Zona Eleitoral/Formoso do Araguaia	30/8/2018	89
ALDEIA FONTOURA Etnia Karajá	13ª Zona Eleitoral/ Cristalândia (Lagoa da Confusão)	31/8/2018	118
ALDEIA SANTA ISABEL Etnia Karajá	13ª Zona Eleitoral/ Cristalândia	01/9/2018	130



	(Lagoa da Confusão)		
TOTAL DE PARTICIPANTES:			1.006

Os resultados das visitas acima, se traduziram em uma eleição onde não foram registrados quaisquer incidentes envolvendo as comunidades indígenas e os agentes das forças de segurança, o que demonstra que o trabalho realizado foi coroado de êxito, tendo sido efetivamente atingidos os objetivos propostos pelo projeto.

6.3 Ação de para promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE

O objetivo da ação atendimento itinerante nas aldeias indígenas foi levar atendimento ao eleitorado indígena, cujas aldeias são desprovidas de linha de transporte diário intermunicipal (ida e volta), bem como também desprovidas de asfalto, o que torna difícil o acesso dos indígenas ao cartório, bem como diminuir tumulto decorrente do fluxo de eleitores durante o atendimento às vésperas do fechamento de cadastro.

Para isso, foi realizado um plano de ação que envolveu:

- Fornecimento de estrutura de Tecnologia da informação para o atendimento;
- Divulgação do evento na ZE/Município;
- Realização de transporte de equipe e suprir necessidade de transporte para alcance do objetivo;
- Realização dos atendimentos.

A seguir apresenta-se o relatório dos itinerantes realizados, com demonstrativo das aldeias envolvidas e os atendimentos efetivados:

Projeto INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO TOCANTINS

ATENDIMENTO ITINERANTE

Zona Eleitoral	Aldeias	Atendimentos	Evento SEI
5ª ZE – Miracema	Aldeia Porteira	Alistamento	113
	Aldeia Funil	Transferência	18
	Aldeia Brejo Comprido	Revisão	37
	Aldeia Rio Sono	2ª Via	3



Subtotal dos atendimentos da 5ª ZE			171	
9ª ZE - Tocantinópolis	Aldeia Botica	Alistamento	141	865645
	Aldeia Mariazinha	Transferência	0	
	Aldeia Barra do dia	Revisão	15	
	Aldeia São José	2ª Via	1	
Subtotal dos atendimentos da 9ª ZE			157	
13ª Cristalândia	Aldeia Santa Isabel	Alistamento \	29	858159
	Aldeia Fontoura	Transferência \		
	Aldeia Macaúbas	Revisão e 2ª Via	57	
Subtotal dos atendimentos da 13ª ZE			86	
15ª ZE - Formoso Araguaia	Aldeia Txiurí	Alistamento \	12	863527
	Aldeia Canoanã	Transferência \	12	
	Aldeia São João	Revisão e 2ª Via	14	
Subtotal dos atendimentos da 15ª ZE			38	
32ª Goiatins	Aldeia Rio Vermelho	Alistamento \	28	
	Aldeia Cachoeira	Transferência \	44	
	Aldeia Pedra Branca	Revisão e 2ª Via	39	
Subtotal dos atendimentos da 32ª ZE			111	
33ª Itacajá	Aldeia Santa Cruz	Alistamento \		850444
	Aldeia Manoel Alves	Transferência \	12	
34ª Araguaína		Revisão e 2ª Via		849110
		Alistamento	10	
	Aldeia Xambioá	Transferência	5	
		Revisão	6	
Subtotal dos atendimentos da 34ª ZE			21	
Total dos atendimentos			596	



Registros fotográficos dos trabalhos



FOTO ALDEIA SÃO JOSÉ



FOTO ALDEIA SÃO JOSÉ



FOTO ALDEIA PEDRA BRANCA



FOTO ALDEIA PEDRA BRANCA



6.4 Ação confeccionar cartilha bilíngue

Trata-se de uma cartilha bilíngue direcionada aos povos indígenas do Estado, e consiste em uma das ações previstas para atender os objetivos do projeto Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins.

A cartilha foi editada em quatro línguas indígenas: karajá, Xerente, Apinajé e Kraô, de forma acessível e didática, para a efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas.

Surge da necessidade proposta pelas lideranças indígenas de entender como melhor participar do processo eleitoral, através do diálogo intercultural em reconhecimento a pluralidade cultural do Brasil.

A participação efetiva de lideranças indígenas, Juízes, servidores dos cartórios eleitorais nas cidades próximas aos territórios indígenas, servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no projeto, está reescrevendo a história do processo democrático e da cidadania para esses povos.

Nessa cartilha o leitor indígena vai encontrar noções básicas fundamentais para o exercício do direito de votar e ser votado, e assim exercer sua cidadania de forma plena, respeitando a legislação e compreendendo todas as fases do processo eleitoral, se sentindo parte integrante dele, desde o momento do alistamento como eleitor até a diplomação dos eleitos.

Instituições parceiras do projeto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Curriculum dos representantes dos parceiros que atuaram no projeto.

LÍDIA SORAYA LIBERATO BARROSO

Doutorado em Educação, linha de pesquisa: Antropologia da educação - Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História, linha de pesquisa: etno história - Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em História - Universidade Federal do Ceará. Atualmente trabalha na Gerencia de Educação





Indígena - SEDUC - TO, com formação de professores indígenas das etnias: Karajá, Javaé, Xambioá, Xerente, Apinajé, Krahô e Krahô-Kanela. Membro do Conselho de Educação Indígena. Pesquisadora e consultora nas áreas de arte, cultura, história, antropologia, território, legislação e educação relacionado aos povos indígenas no Estado do Tocantins.

WELLINGTON MAGALHÃES

Juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura do Tocantins, Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal (FDUC), coordenador de cursos na formação de magistrados e servidores do poder judiciário, coordenador e palestrante em projetos de inclusão sociopolítico dos povos indígenas.

Objetivos e justificativas do projeto

O projeto visa levar aos povos indígenas conhecimentos básicos sobre o processo eleitoral, em sua própria língua, com objetivo de tornar o conhecimento acessível a esses povos, de forma didática e efetiva.

A cartilha se propõe a ser um instrumento de informação, bastante eficaz, no que se refere à *efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas*, pois traz em seu conteúdo, como se dá o processo eleitoral, desde o momento em que o eleitor se inscreve no cadastro eleitoral até a conclusão do processo.

O seu conteúdo enfatizará os direitos e deveres dos integrantes das comunidades indígenas do Tocantins e visa promover a inserção desses no processo democrático.

O conteúdo em português está dividido em três partes:

- Eleições - com noções gerais sobre o processo eleitoral, a obrigatoriedade do voto, critérios e condições para se concorrer às eleições, informatização das eleições, direitos políticos etc; Propaganda eleitoral – definição de propaganda política, eleitoral e partidária, o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral, condutas vedadas no dia da eleição;
- Crimes eleitorais – definição dos principais crimes eleitorais e respectivas punições;
- Perguntas e respostas sobre as eleições e um glossário dos termos específicos mais comuns relacionados ao tema eleições.

Para elaboração do conteúdo da cartilha, a Dra. Lidia Barroso (antropóloga que esteve dando apoio ao projeto, cujo curriculum encontra-se no início deste relatório), fez um apanhado no conteúdo das cartilhas temáticas 2018 e extraiu o que considerou válido e útil





para o público a que ela se destina, sempre considerando as demandas trazidas pelas comunidades indígenas no encontro promovido pelo TRE-TO com essas comunidades.

A Dra. Lídia considerou também os conhecimentos que detém da realidade dessas comunidades, em razão da sua vasta experiência de trabalho junto da Gerência de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

Para nos auxiliar, foi convidado o servidor Adilson Cunha Silva para fazer revisão e tirar dúvidas relacionadas à legislação Eleitoral e contribuir também em razão de sua experiência de trabalho no cartório de Goiatins, sede da 32ª Zona Eleitoral, que abrangem em sua circunscrição três aldeias indígenas.

Etapas do projeto.

Elaboração do conteúdo em Português

O TRE-TO solicitou à SEDUC a cessão da Dra. Lídia Soraya Liberato Barroso, servidora efetiva dessa Secretaria, pelo período de um mês, para elaborar o conteúdo em Português, com base na legislação eleitoral e suas atualizações para as Eleições de 2018.

Foi auxiliada nesse trabalho pelo servidor Adilson Cunha Silva, analista Judiciário do TRE-TO.

Tradução do conteúdo para as línguas indígenas

A Dra. Lidia se deslocou até as aldeias indígenas nos municípios de Itacajá, Tocantinópolis, Tocantínia, Formoso do Araguaia e Ilha do Bananal, com o intuito de traduzir o conteúdo para as línguas: Karajá, Apinajé, Xerente e Craô.

Diagramação e layout

Na medida em que o conteúdo era traduzido e digitado, o arquivo era enviado à Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial, para preparação do projeto gráfico.

Distribuição das cartilhas nas comunidades indígenas

As cartilhas foram distribuídas nas comunidades indígenas conforme especificado no relatório a seguir.



RELATÓRIO DAS VIAGENS REALIZADAS PARA ENTREGAR AS CARTILHAS BILÍNGUES NAS ALDEIAS INDÍGENAS

DATA: 18 a 22/9/2018

LOCAL: Itacajá e Tocantinópolis

EQUIPE: Maria do Carmo Barbosa – Responsável pela entrega das cartilhas

Ananias de Jesus Renovato – Condutor

Magna Regina Rodrigues Olinto – Chefe de Cartório da 33ª ZE

Dodanin Alves Pereira Krahô – Professor de língua indígena

ATIVIDADES

DIA 18/9 – Deslocamento para o município de Itacajá

DIA 19/9 – Entrega das cartilhas nas aldeias Santa Cruz, Manoel Alves Pequeno, Capey, Morro do Boi, Riozinho, Porteira, Macaúba, Galheiro e Serrinha.

DIA 20/9 – Entrega das cartilhas nas aldeias Serra Grande, Lagoinha, Água Branca, Cachoeira, Pé de Côco, Campos Lindos, Kenpoy Kré e Mangabeira.

DIA 21/9 - Entrega das cartilhas na aldeias Pedra Branca, São Vidal, Campo lindo e Santa Cruz e no fim da tarde, deslocamento para o município de Guaraí para pegar as cartilhas dos Apinajé, anteriormente enviadas para o cartório eleitoral.

DIA 22/9 – Foram deixadas no Cartório Eleitoral de Araguaína 350 cartilhas para serem entregues nas aldeias dos Xambioá: Aldeia Wari-Lýtý, Kurehe, Xambioá, Hawa-Tymyra. E em Tocantinópolis, foram entregues 1.550 cartilhas Apinajé, na Aldeia São José, em uma reunião em que estavam presentes os caciques das aldeias do município de Tocantinópolis. Cada um levou para sua aldeia conforme a quantidade de adultos existentes. Após a entrega retornamos para Palmas.

TOTAL DE CARTILHAS ENTREGUES: Krahô: 2.125 / Apinajé: 1.550 / Karajá (Xambioá): 350





DATA: 26 a 29/9/2018

LOCAL: Ilha do Bananal no Município de Formoso do Araguaia

EQUIPE: Maria do Carmo Barbosa – Responsável pela entrega das cartilhas

Ananias de Jesus Renovato – Condutor do veículo

Lucas Santos Nascimento: Responsável pelo registro fotográfico e entrevistas com os indígenas.

Valter Alvarenga: Servidor da FUNAI de Gurupi

DIA 26/9 – Deslocamento para o município de Formoso do Araguaia, passando por Cristalândia para deixar 350 cartilhas no Cartório Eleitoral, para serem entregues nas aldeias Boto Velho e Macaúba.

DIA 27/9 – Entrega das cartilhas nas aldeias Txuiri, Fontoura, Santa Izabel, Cristo Rei, Tanharé, Barreira Branca, Waritaxi, Txuode, Wotyna.

DIA 28/9 – Entrega das cartilhas nas aldeias Canuanã, São João, Imotxi, Boa Esperança no projeto PREVFOGO

DIA 29/9 - Retorno a Palmas

TOTAL DE CARTILHAS ENTREGUES: Karajá (Javaé): 250 / Karajá: 1.800

DATA: 2/10/2018

LOCAL: Tocantínia

EQUIPE: Maria do Carmo Barbosa – Responsável pela entrega das cartilhas

Wanchelles – Condutor do veículo

Lucas Santos Nascimento: Responsável pelo registro fotográfico e entrevistas com os indígenas.

Sinval de Brito (Xerente): Professor da SEDUC-TO, acompanhou a equipe para ensinar o caminho das aldeias e apresentar a equipe aos indígenas.

DIA 2/10 – Deslocamento para o município de Tocantínia e entrega das cartilhas nas Aldeias do Centro, Coqueira, Centro de Ensino Médio Indígena Xerente- CEMIX, Macaúba,





Serrinha, Boa Vista, Paraíso, Morrão, Santa Fé, Cabeceira da Água Fria, Fortaleza, Monte Sião, Brejo Comprido, Recanto da Água Fria, Sucupira, Funil e a Cachoeira.

TOTAL DE CARTILHAS ENTREGUES: Xerente 746*

* Há muitas aldeias em Tocantinia, porém muito pequenas e com poucos indivíduos. Restaram ainda 750 cartilhas para entregar no restante das aldeias Xerente de Tocantinia. Segundo informação do Sinval de Brito, existem mais de 80 aldeias no município.

Obs. Guardamos uma reserva de cartilhas para serem entregues nos órgãos parceiros do projeto, em bibliotecas de universidades e entidades que trabalham com os povos indígenas.

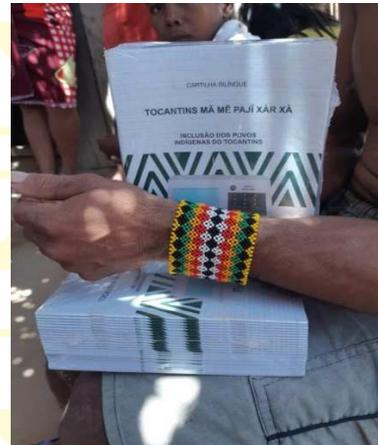
RGISTRO FOTOGRÁFICO DA ENTREGA DAS CARTILHAS BILÍNGUES AOS POVOS INDÍGENAS DAS LOCALIDADES: ITACAJÁ, FORMOSO DO ARAGUAIA, ILHA DO BANANAL, TOCANTÍNIA E TOCANTINÓPOLIS.

(Fotos: Lucas Nascimento / ASCOM)

ENTREGA DAS CARTILHAS NAS ALDEIAS NO MUNICÍPIO DE ITACAJÁ









ENTREGA DAS CARTILHAS NAS ALDEIAS NO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA E ILHA DO BANANAL





POVOS
INDÍGENAS
INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA

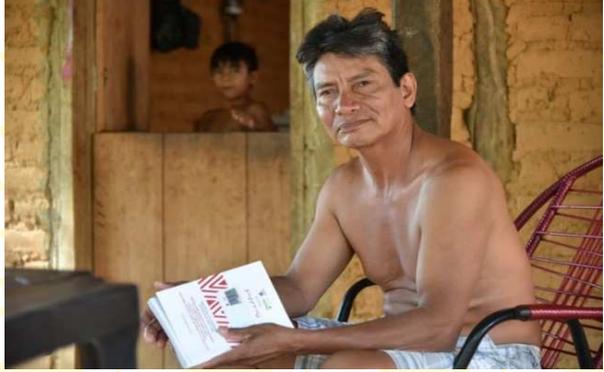
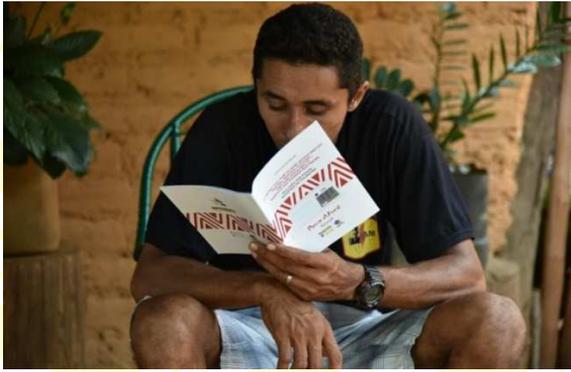




ENTREGA DAS CARTILHAS NAS ALDEIAS NO MUNICÍPIO DE TOCANTINIA









7. Considerações Finais

Este relatório teve como finalidade demonstrar sucintamente, com evidências, as ações realizadas visando o alcance dos objetivos do projeto.

É um projeto de longo alcance, cuja realização ainda demandará muito esforço, mas tem como objetivo nobre a inclusão sociopolítica dos povos indígenas, meta esta que resgata a importância da participação dos povos indígenas na política brasileira.

Este projeto e as ações realizadas estão nos seguintes processos:

- SEI 0021266-50.2017.6.27.8000 – Processo principal, com diversos processos relacionados, que registra o projeto principal de execução;
- SEI 0004186-39.2018.6.27.8000 – Processo que acompanha a realização da ação acesso das forças de segurança nas aldeias;
- SEI 0004184-69.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação Confecção de Cartilha Bilíngue;
- 0004181-17.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação educação política nas comunidades indígenas;
- 0004150-94.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação atendimento itinerante nas aldeias indígenas do Estado.

Resultados alcançados

Além do grande encontro ocorrido em 15 e 16/03/2018 cujo objetivo foi compreender os problemas que dificultam o exercício pleno da cidadania por parte dos povos indígenas do Tocantins, para que, junto com as lideranças indígenas possamos promover o diálogo intercultural e encontrar soluções para os problemas que impedem as práticas democráticas. Nessa primeira fase a participação de algumas instituições foi indispensável cujo resultado foi aprofundar a discussão sobre temas específicos e, para isso, apresentou casos práticos em três eixos temáticos: Segurança nas eleições em comunidades Indígenas; representatividade política dos povos Indígenas; diálogo entre culturas. Ao final as lideranças indígenas apresentaram suas reivindicações, que subsidiaram a elaboração de planos de ação destinado à efetivação da cidadania dos povos indígenas que resultaram em quatro ações:

- Ação educação política nas comunidades Indígenas
- Ação para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias
- Ação de promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE



- Ação confeccionar cartilha bilíngue

Com a realização da etapa de educação política nas comunidades Indígenas, a ação alcançou 1.129 indígenas.

Ação realizada para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias, os resultados das visitas se traduziram em uma eleição onde não foram registrados quaisquer incidentes envolvendo as comunidades indígenas e os agentes das forças de segurança, o que demonstra que o trabalho realizado foi coroado de êxito, tendo sido efetivamente atingidos os objetivos propostos pelo projeto.

A ação de realização do Programa Justiça Eleitoral Itinerante nas aldeias indígenas do Tocantins promoveu a participação do indígena, com a emissão de 338 novos alistamentos eleitorais.

A atividade de confecção das cartilhas bilíngues teve como resultado o total de 4.025 cartilhas entregues, sendo em Krahô: 2.125, Apinajé: 1.550 e Karajá (Xambioá): 350

Por fim, em relação a incentivar a participação nas Eleições, foi identificado uma variação negativa de 5,1% no número de abstenção entre as Eleições de 2014 e 2018, o que implica em maior comparecimento da população indígena aos locais de votação.

Além disso, registra-se que nas visitas às aldeias, houve um momento histórico para o Tocantins. Após anos de luta, a etnia *Ãwa* conquistou o resgate da sua identidade, com os nomes na certidão de nascimento, escrito na linguagem materna deles.

Com isso, a etapa de implantação do Projeto foi exitosa e atingiu os objetivos propostos.